

A ÉTICA DA ESCUTA: O DESAFIO DOS PESQUISADORES EM HISTÓRIA ORAL*

MARTA GOUVEIA DE OLIVEIRA ROVAI**

Resumo: No ano de 2014, a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) completou vinte anos de existência, fruto da convergência de diferentes instituições e grupos que utilizam história oral em suas pesquisas. Apesar de seus diferentes modos de entender a história oral, seus procedimentos de entrevista e registro, este artigo pretende ressaltar a importância de uma ação que une a todos os pesquisadores: o ato da ouvir. Para isso, defende-se a reflexão sobre uma ética da escuta, envolvendo o respeito ao narrador, às suas memórias e expectativas, por meio de uma postura que envolve olhos, ouvidos e alma.

A ética da escuta exige dos pesquisadores responsabilização pelas narrativas, como testemunhas e mediadores de suas histórias, num mundo em que o excesso de informação banaliza as experiências. Isso representa aproximar a Universidade das comunidades, através de uma história mais humana, preocupada com um conhecimento que promova o reconhecimento, a difusão e a intervenção social.

Palavras-chave: história oral, ABHO, testemunhos, ética, escuta

Abstract: In 2014, the Brazilian Association of Oral History (ABHO), which is the result of a convergence of different institutions and oral history groups, completed twenty years of existence. Despite their different ways of understanding the procedures of interviews in oral history and their records, this article aims to highlight the importance of an action that unites all researchers: the act of listening. For this, it argues about the ethics of listening, involving respect for the narrator, their memories and expectations, through an approach that involves the eyes, ears and soul.

The ethics of listening requires responsibility through the narratives of the researchers as witnesses and mediators of their stories, in a world where information overload trivializes the experiences. This idea emphasizes the importance of an approach between University and community through a concern with knowledge that promotes human history, recognition, dissemination and social intervention.

Keywords: oral history, ABHO, testimonies, ethics, listening

* Este texto foi inspirado em comunicação oral feita por mim, na mesa redonda “Os vinte anos de ABHO: fontes orais, ética e conhecimento”, como encerramento do XII Encontro Nacional de História Oral, realizado na Universidade Federal do Piauí, em maio de 2014.

** Professora Adjunta de Prática de Pesquisa em História, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), da Universidade de São Paulo (USP) e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Cultura e Identidade (CCI), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). marta.rovai@unifal-mg.edu.br ou martarovai@usp.br

Sempre vejo anunciado cursos de oratória.

Nunca vi anunciado curso de escutatória.

Todo mundo quer aprender a falar.

Ninguém quer aprender a ouvir.

Pensei em oferecer um curso de escutatória.

Mas acho que ninguém vai se matricular.

Rubem Alves

APRESENTAÇÃO

Em abril de 2014, a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) completou vinte anos de existência. Sua criação, no Rio de Janeiro, ocorreu num contexto de transição democrática e deveu-se ao desejo de congregação entre pesquisadores de diferentes áreas – História, Antropologia, Ciências Sociais, Educação – advindos de importantes universidades e instituições de todo Brasil, que já faziam uso da história oral em seus trabalhos.

Desde a década de 1970, muitos grupos e núcleos de estudos e pesquisa têm se constituído para a realização de projetos que envolvam a escuta atenta e o registro de entrevistas com pessoas que testemunharam os mais diferentes tipos de experiências em regimes políticos, instituições e comunidades, consolidando a história oral como importante contribuição para a Academia e para a história pública. Dentre tantos, cabe destacar o Museu da Imagem e do Som de São Paulo (1971), o Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina (1972), o Laboratório de História Oral (LABHORAL-UFSC/1975), o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas CPDOC – RJ/1975), o Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/SP (1980), o Centro de Memória da Unicamp (CMU /1985), o Núcleo de História Oral – UFMG (1989), o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO - USP/1991), o Museu da Pessoa/SP (1991), o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU – USP/1992), o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI – UFF/1994), o Laboratório da História Oral e da Imagem (LAHOI – UFPE/1995) e o Grupo de Estudos e Pesquisa de História Oral e Memória (GEPHOM - EACH-USP/2009).

Os modos de se conceber e de exercitar a história oral não são os mesmos, pois diversos são os objetos/sujeitos e os projetos que cada um desenvolve. As preocupações envolvem desde a preservação de acervos e a criação de arquivos orais, a formação de pesquisadores por meio de cursos, a produção acadêmica, até o trabalho desenvolvido com patrimônio cultural e com múltiplas comunidades, para além da Universidade. A forma como entendem seus entrevistados também varia – depoentes, informantes ou colaboradores – assim como o entendimento sobre os próprios procedimentos: metodologia ou disciplina?

Um dos principais debates entre os pesquisadores, talvez, seja ainda quanto à forma de execução das entrevistas – registro, em gravador ou vídeo -, à sua difusão/publicização por meios eletrônicos e à passagem da forma oral para a escrita – transcrição, textualização ou transcrição - conforme as orientações de cada programa ou pesquisa.

Apesar das diferenças, a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) foi criada com o objetivo, segundo seu próprio site, de “congregar as diferentes tendências e possibilidades de aplicação da história oral desenvolvidas por pesquisadores e estudiosos de todo o país”, promovendo encontros nacionais e regionais de história oral, além da divulgação de trabalhos e do debate por meio da Revista História Oral.

Diante dessa multiplicidade de experiências este artigo não pretende apresentar os resultados de alguma pesquisa específica, nem promover um debate sobre as divergências conceituais e procedimentais - que seriam muitas - mas tem como objetivo celebrar a convivência dessa diversidade nos últimos vinte anos, procurando refletir sobre aquilo que os une dentro da Associação, na Academia e fora dela: a ética da escuta. Assim como François Hartog (2006) chamou a atenção, uma vez, para a falta de reflexão dos historiadores sobre o tempo – naturalizado muitas vezes como parte do trabalho historiográfico – gostaria de apontar algumas considerações acerca do trabalho da escuta, uma ação tão clara no fazer do historiador oral – ou oralista – que muitas vezes não nos atemos à sua importância, ao seu significado e às consequências dela, tanto para o entrevistador quanto para aquele que aceita narrar sobre sua vida.

Embora trate das instituições associadas à ABHO, a reflexão aqui desenvolvida foi orientada pelas minhas próprias experiências no fazer da história oral e na troca de impressões e aspirações com colegas de ofício¹. Considero, assim, que a forma escolhida para tratar do ato de ouvir possa contribuir com a seriedade e o compromisso de todos aqueles que, em qualquer espaço ou tempo, desejem desenvolver projetos em que a escolha tenha sido lidar com seres humanos vivos e, portanto, complexos².

A ESCUTA: UM ATO DE HUMILDADE

O filósofo e educador Rubem Alves (1999) gostava de lembrar a importância da escuta num mundo repleto de informações e meios de comunicação, mas com tão pouca sensibilidade para prestar atenção ao que se diz. A rapidez na divulgação dos acontecimentos não significa necessariamente a sensibilização, mas pode promover a banalização das experiências e a indiferença, sem espaço para a mediação, para o distanciamento necessário que permita a compreensão das palavras, dos interditos e dos silêncios, assim como a percepção sobre as singularidades dos seres humanos. Formamos muitas comunidades de falantes, mas pouco ou quase nada vemos sobre uma comunidade de ouvintes. A velocidade com que somos atingidos por tantas notícias muitas vezes substitui a memória, criando confiança no imediato em vez da elaboração do conhecimento e dos valores éticos.

¹ Entre 2005 e 2012, desenvolvi entrevistas com mulheres e homens perseguidos pela ditadura civil-militar brasileira (militantes políticos e seus familiares); em 2013, trabalhei com histórias de vida e tradição oral de pescadores e pescadoras no Delta do rio Parnaíba, no estado do Maranhão, assim como com as marisqueiras do outro lado do rio, no estado do Piauí. No momento, inicio projeto com jovens de Minas Gerais e São Paulo, que participam do Levante Popular da Juventude, movimento responsável pelos chamados “escrachos”, denunciando ex-agentes da ditadura no Brasil.

² Embora considere o ato de escutar mais profundo do que ouvir, optei por trabalhar os dois como sinônimos.

Penso que ao escolhermos o caminho da história oral, estabelecendo diálogos com outras pessoas muitas e muitas vezes diferentes de nós, e reunindo-se em encontros, congressos e seminários com a finalidade de trocarmos nossas impressões sobre as narrativas delas, prontificamo-nos, como pesquisadores, a compor uma comunidade de ouvintes. Essa postura pressupõe um exercício de humildade diante de indivíduos ou coletividades a quem nós não damos voz – uma pretensão muitas vezes arrogante de nossa parte – porque a voz a eles pertence. O que podemos realizar é um ato delicado de escutar aqueles que nos emprestam a sua voz, as suas memórias, e que esperam de nós ouvidos atentos.

Nesses anos de ampliação e consolidação da história oral em diferentes instituições, cada vez parece mais claro que os ouvidos, no entanto, não bastam para escutar. Precisamos oferecer aos nossos entrevistados nossos olhos, nossa presença e nosso reconhecimento. Isso exige de nós o cuidado com o tempo, a paciência e a sensibilidade constante para reconhecer que o outro contém em si o saber, ele é a própria episteme, contida em sua oralidade, seus gestos, sua subjetividade.

O filósofo Joseph Esquirol (2008) chamou de “ganhar vida” à possibilidade de tratarmos do outro mais detidamente, contra a pressão do imediatismo, da velocidade dos acontecimentos, e em oposição à ideia de “perda de tempo”. Para isso temos que recuperar nossa capacidade de respeitar. O respeito, lembra o autor, tem sua origem na palavra latina *respectus*, particípio passado de *respicere*, que significa “olhar duas vezes” ou “olhar outra vez”. Uma pessoa que merece um segundo olhar é digna de apreço. Assim também funciona com a sensibilidade da escuta, a habilidade de prestar atenção ao que é dito, mesmo quando há a desigualdade no diálogo, quando motivações étnicas, de classe, de gênero ou de conhecimento nos colocam em relação assimétrica com o narrador. Sua história não nos pertence e, por isso, precisamos redobrar nosso respeito ao que cada um diz, mesmo que provoque estranhamento. Ganhamos tempo quando não deixamos passar os momentos em que nos tornamos cúmplices de histórias que são reveladas, muitas vezes, pela primeira vez, quando nos deixamos tocar pelas pessoas que passaram a confiar em nós.

Quando optamos por trabalhar com pessoas, assumimos uma prática que demanda de nós paciência na construção de certa “arte de perder tempo”, e que se configura, na verdade, no desenvolvimento de uma capacidade de ganhar tempo na medida em que qualificamos as experiências submetidas à nossa análise sob pressupostos das ciências humanas. Ter humildade exige de nós responsabilidade ética para ouvirmos e vermos quantas vezes forem necessárias as performances de nossos entrevistados. Nosso trabalho trata com fontes vivas, humanas, e que, portanto, devem ser entendidas como mais do que um objeto, um sujeito que pensa, sente, seleciona e interpreta sua própria existência. Como alguém que também nos analisa e que vê em nós a possibilidade de se tornar visível num mundo de excessos de imagens e palavras.

Como afirmou Alessandro Portelli (1996), essa postura de entender nossa fonte como um indivíduo ou uma coletividade que não só informa sobre fatos, mas dá sentido a eles e tem expectativas sobre nós – diferente dos documentos escritos que lá estão antes e depois de

nossa presença - significa, muitas vezes, ter que abandonar a crença pretensiosa de que cabe exclusivamente a nós, intelectuais, a condução das entrevistas, como se não estabelecêssemos uma relação dialógica e como se o narrador não tivesse também suas intencionalidades. Afinal, ao testemunhar, cada indivíduo estabelece vínculos com sua comunidade afetiva, com o público para o qual seu relato será difundido, e conosco, seus mediadores.

Cada narrativa é tecida artesanalmente, como diria Walter Benjamin (1987), numa rede diante de uma comunidade de ouvintes, da qual pretendemos fazer parte. Mais do que relatórios e informações, elas nos oferecem a oportunidade de nos humanizarmos mais, aprendermos mais, sermos aconselhados e potencializarmos as histórias que são contadas.

Realizar um projeto de história oral pode nos colocar surpresas e desafios, pois um testemunho consegue nos revelar coisas para além do que pretendíamos. Ouvimos o que não gostaríamos, o que não estava previsto, o que não esperávamos. O narrador nos surpreende com o desvio, a discordância, o excesso de silêncios e expressões. Ele tem a capacidade também de revelar nossas deficiências, os furos de nossas hipóteses e teorias, fazendo-nos repensar abordagens, práticas de escuta, as relações entre oralidade e registro escrito, levando-nos a constantes negociações e releituras sobre comunidades.

Recordo-me do trabalho que fiz com mulheres marisqueiras, no ano de 2013, no norte do estado do Piauí, no Brasil, quando estas me falavam sobre o trabalho pesado na cata de mariscos no Delta do Rio Parnaíba. Depois de relatarem com detalhes sobre o processo cansativo de acordarem de madrugada, extraírem os mariscos, enfrentarem o perigo do ataque de arraias, para depois lavarem, ferverem, empacotarem e venderem a preços irrisórios o produto de seu suor, elas me surpreenderam com a definição de sua vida de ribeirinhas: “Aqui é o paraíso”. “Moramos num pedaço do céu”. Ainda no XII Encontro Nacional de História Oral, na cidade de Teresina, em 2014, um pesquisador revelou o desconforto provocado pelas narrativas de moradores de uma comunidade de hansenianos, no estado do Ceará, ao contarem – ao contrário do que esperava – que sua convivência com as dores e com a exclusão social provocada pelo fato de serem doentes, não lhes tornavam pessoas infelizes. Perguntados sobre a tristeza de sua condição, afirmavam que isso os tornava especiais e os unia ainda mais como coletividade.

Diante de nossas expectativas e noções de mundo, orientadas por teorias acadêmicas, muitas vezes os entrevistados nos surpreendem com novas leituras, forçando-nos a buscar outros sentidos para as vivências, outras explicações para o que anteriormente poderia nos parecer evidente, principalmente quando se trata de grupos pobres e excluídos socialmente. Isso não significa que em nossas análises devamos concordar com suas interpretações sobre os fatos, mas deve nos fazer perguntar constantemente sobre os significados das experiências na memória.

A ÉTICA DO ESCLARECIMENTO

Primo Levi (1997), que sobreviveu ao extermínio judaico em Auschwitz, apontou em suas obras para a nossa incapacidade de entender o sofrimento narrado, aquele em que o falante tem dificuldades para encontrar palavras que deem conta da experiência. Mais do que

isso, o escritor italiano demonstrou o temor diante do estranhamento e da indiferença do ouvinte que não estaria disposto a escutar mais do que a linguagem verbal possa expressar e que se voltaria de costas, deixando a dor do outro para trás. O indizível também pode ser ouvido, mas é preciso alma para isso.

Nesse sentido, uma pesquisa com os procedimentos da história oral pode representar a potencialização das histórias de vida, num processo de superação da indiferença pela nossa presença integral diante do outro que narra. Precisamos pensar nas implicações de nossa assistência ativa diante das pessoas que se dispõem a se abrir – sejam eles entendidos como depoentes, informantes ou colaboradores – a nossas perguntas, intenções e preocupações: estamos, enfim, escutando com ouvidos, olhos e alma? Queremos entender, além dos fatos, os processos de identidade, reconhecimento e visibilidade dos narradores? Podemos ou devemos perguntar tudo aquilo que serve à nossa pesquisa? Tudo o que ouvimos deve ou pode ser registrado e publicizado, se implicar no prejuízo da segurança ou privacidade de nosso entrevistado, mesmo quando temos sua autorização? Quais são os limites na relação com aquele que se dá a conhecer e que confia, no processo de pesquisa e mesmo depois dela, em nós?

Somos os replicadores das memórias de pessoas que veem em nós a possibilidade de se tornarem visíveis, de verem suas lembranças transformando-se em história. Desta forma, penso que há uma responsabilidade muito grande com nossos entrevistados, que não são documentos que podemos simplesmente manipular para obtermos resultados acadêmicos, e que não continuarão a existir absolutamente iguais depois que partirmos. Nem nós permaneceremos os mesmos desde quando nos aproximamos deles.

Até que ponto – depois de chegarmos, ouvirmos e sermos tocados pela experiência do outro – é possível simplesmente ir embora, como temia Levi?

Há momentos em que é preciso ficar... E como ficar entendo assumir a responsabilidade em contribuir para a criação de outras comunidades de ouvintes para as histórias que escutamos. É o que Jeanne Marie Gagnebin (2006) chamou da impossibilidade de “simplesmente deixar para trás”. Ouvir torna o pesquisador responsável, também, pelo testemunho, principalmente quando ele traz implícitos os sentimentos de perda, os medos e as tristezas de experiências traumáticas. Em especial, neste momento político que a América Latina atravessa, estamos todos nos dispendo, seja como pesquisadores ou como cidadãos de países que vivenciaram os regimes autoritários, a encarar nossas feridas coletivas? O exercício de ouvir, registrar, difundir e analisar os testemunhos pede, como afirmou Gagnebin, uma

tarefa igualmente ética, e num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar o túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje.”³

³ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p.47.

Não se trata apenas de construção do conhecimento –igualmente importante– também do compromisso por uma história pública, que dê aos mortos e aos vivos o direito à sua história. Ouvir é ato que pressupõe ética e responsabilidade, ao transformarmos em lógica acadêmica e formal o que é simbólico, sombra, luz e vida. Podemos realizar uma pesquisa para coletarmos informações e que nos ajudem a esclarecer hipóteses e elaborarmos um belo trabalho de história oral. Mas podemos também considerar que não são apenas fatos acontecidos que devem ser levados em conta, mas aqueles forjados pelo desejo e pelos temores, as mentiras, invenções e lapsos. Como afirmou Portelli, os discursos sobre eles também se constituem fatos a serem considerados e analisados. Mesmo que signifique abrir espaço para versões das quais discordamos ou repudiamos – como acontece quando estamos frente a frente com perpetradores. A disposição da escuta não implica na possibilidade de julgamento, com o risco de perdermos a oportunidade de compreender e explicar.

Se a sociedade, no presente, for tocada pelas histórias que ajudamos a difundir, se for atingida pela força de suas lembranças, ela poderá tocar os sujeitos de volta com sua compreensão, sua solidariedade, tornando-se disseminadora de experiências que se transformaram em conhecimento; sem voltar-se de costas, sem “deixar para trás”. Nesse sentido, o posicionamento de escuta atenta diante do outro nos transforma também em testemunha (*testis*), como aquele que não viu com os próprios olhos ou viveu diretamente os acontecimentos (*supertestis*), mas que se coloca, empaticamente, no lugar do outro, e que se dispõe a não ir embora diante do silêncio e do narrado, como desejava Levi.

Somos mediadores de memórias num mundo marcado por tantos excessos que empobrecem as experiências, em que os meios de comunicação, que poderiam ser veículos de publicização da história e da memória, têm mostrado que a difusão e a ampliação da audiência não têm garantido o rompimento com a indiferença e a formação de uma consciência histórica. A velocidade, a abrangência e a repetição de notícias e fatos acabam por contribuir com uma nova indiferença, apontada também por Mary Marshall Clark:

À medida que a memória de uma atrocidade se esvai e é substituída por outra, o que podemos fazer para evitar que o tecido cicatrizado do trauma bloqueie a delicada transferência da memória traumatizada para outras gerações e culturas? O que podemos fazer para devolver à memória sua missão maior, que é respeitar a fragilidade das histórias individuais e ainda assim encontrar modos de conectá-las a compreensões coletivas do sofrimento?⁴

Os meios de comunicação de massa despertam na audiência um conjunto de estímulos aos quais ela não é capaz de responder. O conhecimento pretensamente imparcial acaba por forjar a indiferença do ouvinte. Ao contrário, a consciência histórica – a forma como os seres humanos interpretam a transformação temporal de si mesmos e do mundo no qual estão inseridos – pode ser uma contribuição da história oral. Mais do que dados a decorar, fatos a

⁴ CLARK, Mary Marshall. Vídeos-testemunhos sobre o holocausto, história oral e medicina narrativa: a luta contra a indiferença. *Revista Oralidades*. ano 3, n.5, Noho/USP, Jan-Jun/2009, p. 160.

revelar, mais do que comemoração no sentido de reprodução e exaltação ou lamento das histórias contadas, podemos contribuir para enxergarmos – pesquisador, narrador e público - a forma como estamos posicionados no mundo, a fim de agirmos. Devemos, inclusive – e isso já começa a se desenvolver dentro do terreno da história pública – transformar os sentidos de difusão pela tecnologia midiática, em favor dos narradores, numa relação cada vez mais próxima entre Academia e sociedade. É a nossa contribuição para a formação de uma consciência histórica, assim como defende Sara Albieri:

Penso que deveríamos nos empenhar pelo reconhecimento das formas de publicação histórica como formas que podem perfeitamente emanar da Academia ou andar de mãos dadas com a historiografia acadêmica. Não é preciso que esta seja uma relação hostil e conflitante. Para ajudar a pensar essa conciliação e essa passagem, poderíamos invocar um conceito filosófico - o de consciência histórica.⁵

Pode ser que nossa pesquisa tenha como objetivo o trabalho acadêmico – o que é importante e também a prática mais recorrente – mas acredito que talvez sejamos cobrados pelas comunidades com as quais trabalhamos para que nos tornemos testemunhas ativas de suas histórias. Não somente passemos por eles como pesquisadores, afoitos por lembranças a serem “coletadas”, como se as pessoas fossem bancos de dados, ou pelo “resgate de memórias”, como se os entrevistados pudessem revivê-las e não as construíssem ou as presentificassem a partir de suas leituras do presente.

Ao desenvolver um trabalho com pescadores, no estado do Maranhão, em 2013, lembro como esses trabalhadores perguntavam sobre a devolução da Academia às suas necessidades. Como, enquanto pesquisadora, utilizando de suas histórias de vida, eu poderia contribuir para a qualificação da vivência deles na comunidade, colaborando para pensar problemas ligados ao meio ambiente, ao turismo depredador e à carência de direitos, e como solucioná-los. A questão colocada por eles era: como a Universidade sairia de seus muros? Em 2012, na fase de defesa de meu doutorado pela Universidade de São Paulo, uma de minhas entrevistadas, que havia sido torturada durante a ditadura civil-militar, pediu-me que usasse seu testemunho para que as novas gerações conhecessem o passado e evitassem novas violações aos direitos humanos. Diante desses apelos, como partir simplesmente sem olhar duas vezes para trás?

O que quero apontar aqui é o fato de que usar a ciência nas Universidades para analisar as temáticas que emergem das narrativas não pode ser reduzida a um pensamento automático, racionalizado e reificado. Isso talvez não baste. Theodor Adorno e Marx Horkheimer (1985) já haviam apontado para o perigo da ilusão objetiva e ordenada do conhecimento científico, transformando o mundo em algo previsível e desencantado. Seria ingênuo de nossa parte crer numa visão de que é possível extrair apenas fatos das narrativas, arquivar memórias, transformar indivíduos em seres genéricos, vazios e iguais, sem observar suas expectativas sobre nós e sobre si mesmos. Essa visão de ciência sem vida, segundo

⁵ ALBIERI, Sara. História Pública e consciência histórica. In ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.25.

Adorno, torna-se um mito, e “o mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade [...] O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens.”⁶

Contra a reificação do esclarecimento, autoritária e sem vida, lembrada por Adorno, proponho uma ética do esclarecimento, porque é impossível, no processo de escuta, não se encantar com a complexidade da polifonia do mundo, com a subjetividade e nos deixar envolver pelas narrativas. Somos responsáveis por uma ética do esclarecimento; o que implica para nós, historiadores orais ou oralistas, em sermos facilitadores e publicizadores de experiências que pedem para ser contadas e esclarecidas em toda a sua complexidade de significados. Não publicizadas para serem celebradas, em detrimento do presente, mas para serem reconhecidas e requalificadas, promoverem a reflexão sobre nossa própria história. O excesso de lembranças é tão prejudicial quanto a ausência de memórias, pois pode esvaziá-las de sentido, quando não promove o enfrentamento do passado, a construção de identidades e a intervenção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso que nesses vinte anos de compartilhamento de experiências dentro da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), estamos em processo de aprimoramento e reflexão em torno do que acreditamos poder contribuir como pesquisadores de história oral, procurando construir esta competência da escuta que gera um conhecimento, submetido como qualquer outro, aos critérios do que acreditamos ser a ciência comprometida também com a devolução social. Isso se dá pela passagem da história acadêmica à história pública, em que mais do que metodizar as memórias e transformá-las em análises sistematizadas, é preciso entender o mundo ao redor e construirmos nossa identidade, colocando-nos diante da experiência do passado e da perspectiva de um futuro mais humanizado e múltiplo, onde diferentes vozes se façam ouvir. Mais do que publicização dos fatos para uma grande audiência é a garantia do processo de conhecimento e reflexão sobre a forma como entendemos e representamos o passado.

A ética da escuta pode informar, sensibilizar, politizar e empoderar. Para isso, ela envolve potencial emotivo, questões de identidade, legado, reparação, tradição, sempre em disputa e, portanto, sempre presentes no fazer história oral:

Ouvir não significa apenas assumir uma conversa nem responsabilizar-se pelas histórias contadas, mas colocar-se na condição de pronunciamento contra as violências do presente, as exclusões, a indiferença, contra a passividade diante de um passado só aparentemente distante. Exige de nós transformarmos a informação em conhecimento e afetividade. Ou seja, tornar o que aparentemente é banal, ou invisível, em consciência de existência, consciência histórica.

Mais do que a ciência racional e sistemática, o trabalho com história oral tem se tornado um caminho de sensibilização, difusão, análise e intervenção no presente. Devemos ser fiéis

⁶ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Marx. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.17.

ouvintes para pensarmos juntos o que as pessoas ou as comunidades querem dizer e ser, como querem ser lembradas. Ou ainda, o que somos e o que desejamos ser enquanto coletividade de pesquisadores dispostos a ser uma comunidade de escutadores.

Jeanie Marie Gagnebin chamou esta busca por memórias, sob o olhar do presente, de lembrar ativo. Eu nomeio esse processo de escuta ativa. O que quero dizer com isso é que precisamos constantemente desenvolver a consciência de que nossa desatenção aos limites éticos de nossa ação como pesquisadores pode colaborar para promover novas exclusões, traumas e banalizações de experiências. Precisamos nos comprometer cada vez mais com as escolhas de nossos temas e de nossas comunidades de narradores.

Muitas vezes penso nos efeitos de nossa chegada – com nossos projetos, interesses e idiossincrasias – e, mais do que isso, na forma como nós deixamos nossos entrevistados quando partimos. Quando trabalhei com jovens em favelas de São Paulo, sempre imaginei o impacto que minha intervenção pudesse causar em suas vidas, até que um deles me disse que gostava de ser ouvido porque temia não ser notado e, mais ainda, ser esquecido pelas pessoas. Essa fala me colocou a problemática de nossa responsabilização pelas histórias que ouvimos, principalmente num ofício em que a escuta está colocada como natural e óbvia. No entanto, nem sempre ligar um gravador significa estar presente em ouvidos, olhos e alma.

É preciso desejar não ter levado mais do que informações e ter trazido mais do que perguntas. Afinal, nossa presença – atenta ou não – sempre deixa alguma coisa, pois com nossa intervenção fazemos aquelas pessoas se escutarem e conhecerem a si mesmas de outra forma. De nossa parte, como ouvintes, saímos exatamente iguais?

Primo Levi, uma vez, afirmou que quem nunca viveu em Auschwitz jamais conseguiria lá entrar, e quem esteve ali nunca teria conseguido de lá sair. Acredito ser esse o constante desafio colocado para nós, pesquisadores dispostos a escutar: a tentativa constante de visitarmos tantas experiências que nunca vão nos pertencer enquanto vivências, mas das quais nos tornamos ouvintes, tocando pessoas que desejam muitas vezes saírem de suas prisões, ou compartilharem seus sonhos e dores coletivas, que só em palavras são impossíveis de serem traduzidas. De certa forma, como uma comunidade, nos tornamos tradutores delas, mediadores, a fim de despertarmos no passado presentificado pela memória a centelha da esperança, implodindo o continuum homogêneo da história, como lembrou Walter Benjamin (1987), o filósofo que também nos mostrou, lembrando Nietzsche, que “precisamos da história, não como precisam dela os ociosos da ciência”.

A ética da escuta, ou a “escutatória”, como chamou Rubem Alves, pode ser o caminho para combater a indiferença, o banal, enfim, a “sociedade de vidro”, em que as experiências escorrem, sem serem digeridas, pensadas e valorizadas, produzindo um conhecimento mais sensível e humanizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Marx. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALBIERI, Sara. História Pública e consciência histórica. In ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.19-28.
- ALVES, Rubem. *Escutatória In O amor que acende a lua*. São Paulo: Papyrus,1999, p.57-64.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CLARK, Mary Marshall. Vídeos-testemunhos sobre o holocausto, história oral e medicina narrativa: a luta contra a indiferença. *Revista Oralidades*. ano 3, n.5, Noho/USP, Jan-Jun/2009, p.159-168.
- ESQUIROL, Joseph Maria. *O respeito ou o olhar atento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006, p.261-273.
- LEVI, Primo. *É isso um homem?* São Paulo: Rocco, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Cultura e Representação*. São Paulo: Educ, no. 14, 1996, p. 24-39.

